

Céu e inferno na África do Sul

Rosana Heringer

A África do Sul, em sete anos, fez muito mais para mudar a situação da população negra do que o Brasil

Estima-se que 14 mil pessoas de todo o mundo estejam reunidas em Durban, na Conferência Mundial contra o Racismo. A escolha do local é simbólica. Os milhares de visitantes confrontam-se com um país que possui hoje, sete anos depois da redemocratização política, marcas vivas de quase 50 anos de *apartheid*. Como lembrou o presidente Thabo Mbeki, no seu pronunciamento no Fórum Não Governamental, a África do Sul é um museu vivo que expressa o legado histórico de opressão racial e colonialismo.

Para nós, brasileiros, é inevitável notar semelhanças entre os dois países. As calçadas da Marine Parade, a Copacabana de Durban, estão apinhadas de vendedores ambulantes, meninos de rua, algumas prostitutas e, é claro, um absurdo contingente de segurança, numa inequívoca lembrança do Rio de Janeiro na ECO-92. O país é majoritariamente formado por negros (cerca de 70% da população) e estes, sete anos após o fim do *apartheid*, continuam a maioria dos pobres, analfabetos e desempregados. Ninguém esperava que a situação social e econômica da população negra se transformasse de um dia para o outro. Entretanto, houve quem alimentasse mais otimismo ao prever como seria quase uma década depois.

O governo de Mandela e o de Mbeki implantaram políticas de ação afirmativa, incentivo ao crédito e políticas habitacionais dirigidas para a população negra, que já geraram resultados. O alvo de crítica da oposição local é a incapacidade do atual

governo de promover transformações estruturais profundas que possam beneficiar a maioria da população de forma mais duradoura. Para nós, brasileiros, essa reflexão é familiar. O sentimento que se seguiu à euforia com o fim do *apartheid* assemelha-se à frustração experimentada por muitos no Brasil em relação ao real alcance das mudanças advindas da redemocratização.

Apesar dessas dificuldades, os sul-africanos demonstram um justo orgulho pelo sucesso do processo pacífico de transição política. Além disso, exibem sinais evidentes de que, se os negros ainda são majoritariamente pobres, a elite vem se tornando multicor. Há um poder executivo majoritariamente negro, a começar do presidente. É possível abrir as páginas de economia dos jornais e encontrar fotos de executivos e empresários negros, nos mais diferentes ramos da indústria, comércio e serviços. E há duas ministras negras, a de Relações Exteriores e a das Telecomunicações.

Para nós é um confronto entre céu e inferno. Apesar das muitas dificuldades estruturais, constatamos que a África do Sul, em apenas sete anos, fez muito mais para mudar a situação de sua população negra do que o Brasil, um dia chamado de democracia racial. Os cerca de 500 delegados brasileiros (oficiais e não governamentais) presentes em Durban têm, nesta viagem, a oportunidade de confrontar realidades e perceber o quanto o Brasil precisa mudar em relação às desigualdades raciais. Ao regressarmos, é preciso que as propostas sejam aprofundadas, detalhadas e difundidas para a sociedade, transformando-se em medidas concretas que beneficiem a maioria da população.

Rosana Heringer, socióloga, é pesquisadora da Cepa e da Universidade Cândido Mendes